



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022

Abertura: dia 15 de junho de 2022

Horário: 09h00min

Tipo: Menor preço

**Objeto: contratação de empresa
fornecedora de serviços de
engenharia na segurança do
trabalho.**

GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO, Prefeito Municipal de Paim Filho, no uso das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, e Decreto Municipal nº 2.827/2021 de 03 de março de 2021, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **TORNA PÚBLICO** a abertura de certame na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e até à hora acima mencionada, junto à sede administrativa do município.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto à contratação de empresa fornecedora de serviços de engenharia na segurança do trabalho, sendo que deverá desenvolver os seguintes serviços:

1.1. LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE - LTIP

- a) Avaliar as atividades desenvolvidas pelo cargo/trabalhador;
- b) Reconhecer agentes nocivos (natureza, intensidade e concentração);
- c) Evidenciar através de avaliações quantitativas e qualitativas os riscos nocivos presentes no ambiente de trabalho descritos no anexo IV do decreto 3048/1999;
- d) Analisar a compatibilidade da função de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO);
- e) Informar as atividades em condições insalubres e/ou perigosas;
- f) Enquadrar os graus de insalubridades (mínimo, médio e máximo), quando identificados;

1.2. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- a) Avaliar as atividades desenvolvidas pelo cargo/trabalhador;
- b) Reconhecer agentes nocivos (natureza, intensidade e concentração);
- c) Evidenciar através de avaliações quantitativas e qualitativas os riscos nocivos presentes no ambiente de trabalho;
- d) Enquadrar a função de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO);
- e) Informar as atividades em condições insalubres e/ou perigosas;
- f) Enquadrar os graus de insalubridades (mínimo, médio e máximo), quando identificados; Avaliar e identificar agentes nocivos previstos no IV do decreto 3048/1999; que caracterizam aposentadoria especial.

1.3. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO – PGR

A elaboração e estruturação do PGR será efetivada por um avaliador e/ou responsável técnico capacitado e habilitado, em consonância com a legislação vigente, com o objetivo de orientar a **Contratante** acerca da preservação da saúde e da integridade de seus trabalhadores, através de um inventário de riscos ocupacionais e plano de ação para desenvolvimento das etapas constantes do programa.

1.4. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário

O PPP é “um documento histórico laboral do trabalhador” que deve conter os dados administrativos da empresa e do trabalhador, registros ambientais, resultados de monitoração biológica e a identificação dos responsáveis pelas informações.

1.5. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO

O PCMSO tem como objetivo a preservação da saúde dos empregados em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças profissionais. Desta forma, o programa proporciona o monitoramento biológico através dos exames (admissional, demissional, periódico, afastamento e retorno para o trabalho), prevendo de exames ocupacionais e complementares de acordo com os riscos reconhecidos no PPRA, e ações mais amplas de promoção de saúde aos trabalhadores.

1.6. GESTÃO e-SOCIAL

1.7. CONSULTORIA TÉCNICA

2. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



2.1. A despesa para a execução do objeto licitado correrá por conta das Dotações Orçamentárias constante da lei-de-meios de 2022.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste edital.

4. IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. As impugnações ao ato convocatório serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Serviço de Protocolo Geral do Município.

4.2. Não será conhecido recurso cuja parte tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ou subscrito por procurador não habilitado legalmente no processo a responder pelo licitante.

4.3. Para fins de recebimento e análise de impugnações e recursos, somente serão aceitos e conhecidos, desde que, devidamente protocolados junto ao Protocolo Geral desta Municipalidade, não sendo considerados àqueles encaminhados por fax, correio postal ou correio eletrônico, ou, entregues sem o devido protocolo.

4.4. Caberá à autoridade competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.5. Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

5. PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta
Município de Paim Filho
Pregão nº 012/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



5.2. A proposta deverá ser entregue e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome do proponente, endereço completo, telefone, e-mail, CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal;
- b) Número do pregão;
- c) **PREÇO UNITÁRIO** proposto para cada item, expresso em reais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta, até o efetivo pagamento;
- d) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 – Habilitação
Município de Paim Filho
Pregão nº 012/2022

6.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3. O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.3.1. Quanto à habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública).

6.3.2. Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- d) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011;

6.3.3. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em prazo não superior 30 (trinta) dias da data designada para entrega dos envelopes;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII, combinado com o artigo 27, inciso V da Lei 8.666/93;
- e) Declaração de que aceita os termos e condições do edital.

6.3.4. Quanto à qualificação Técnica:

- a) Declaração de que não possui, em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista (vide modelo Anexo VI);

7. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1. No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Credenciamento

7.2. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, sendo o único admitido a intervir no processo.

7.3. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, sendo obrigatória a apresentação também para as empresas que não se fizerem presentes ou representadas na sessão.

7.4. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

7.4.1. Se **dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado** da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de **sociedade comercial**, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de **sociedade civil**, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.4.2. Se **representante legal**, deverá apresentar:

- a)** Instrumento público ou particular de procuração com firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- b)** Termo de credenciamento (modelo Anexo II) outorgado por representante legal do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos, deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.
- c)** Cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de **sociedade comercial**, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de **sociedade civil**, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- d)** Empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



7.4.3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (modelo do Anexo I);

7.4.4. para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

7.5. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6. Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.7. Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.8. O pregoeiro receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA DE PREÇO e 02 – DOCUMENTOS e procederá à abertura das propostas, fazendo a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

7.9. A proposta de preço deverá ser apresentada no envelope nº 01, preferencialmente em papel timbrado, datilografada ou impressa, redigida em linguagem clara, sendo a última folha datada e assinada pelo representante legal da empresa, devendo conter:

- a)** Razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/e-mail, e nome da pessoa indicada para contatos;
- b)** Declaração de que a proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002;
- c)** Erros de natureza formal que não alterem o valor das propostas, bem como quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



7.10. O preço deverá ser indicado com o valor unitário, bem como o valor total global do item, em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, bem como despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7.11. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço individual até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

7.12. Os valores poderão ser revistos, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 65, inciso II, letra "d", da Lei Federal nº 8.666/93.

Seleção das propostas para a etapa de lances

7.13. A pregoeira selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapa de lances orais

7.14. Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.15. Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.16. Poderá a pregoeira estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.17. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.18. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



7.19. Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.19.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.19.2. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

- I.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.19.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.19.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.19.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.3. Para as situações previstas no item 7.19 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.20. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.21. Após a negociação, exitosa ou não, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.22. A pregoeira fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.23. Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.24. Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo a pregoeira à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



7.25. A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será eligida para efeito de assinatura do contrato.

7.25.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.25.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.25.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.26. Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.27. Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo a Pregoeira deliberar sobre o aceite do recurso.

7.28. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pela Pregoeira.

7.29. O proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.30. Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- 8.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, a Pregoeira opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.
- 8.2.** No caso de interposição de recurso, caberá à autoridade competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.
- 8.3.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o contrato no prazo de até 02 (dois) dias úteis.
- 8.4.** O Município, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomará a sessão pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

9. CONTRATO

- 9.1.** O Município convocará o licitante vencedor a assinar o contrato nos termos previstos neste edital e cuja minuta é considerada parte integrante deste ato.
- 9.2.** O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.
- 9.3.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 9.4.** As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na minuta do contrato constante do Anexo V deste edital.
- 9.5.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

10. PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será realizado mensalmente, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços.
- 10.2.** No momento da extração da nota fiscal, a empresa deverá fazer constar o número da presente Pregão Presencial nº 012/2022 e o número do contrato com o Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



11. PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das seguintes multas:

- a)** Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo;
- b)** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo.

11.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.

11.3. Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

12.2. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4. O resultado desta licitação será lavrado em ata, a qual será assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



12.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6. No interesse do Município, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura;
- b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações, nos dias úteis, em horário normal de expediente.

12.8. Fazem parte deste Edital:

- Anexo I – Modelo de Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- Anexo II – Modelo de Credenciamento;
- Anexo III – Modelo de Declaração – Validade Proposta;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador;
- Anexo V – Minuta do contrato.
- Anexo VI – Declaração.
- Termo de Referência.

12.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Comarca de Sananduva, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.10. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário expediente, junto à Prefeitura Municipal de Paim Filho, pelo fone (54) 3531-1266 e pelo e-mail licita@paimfilhors.com.br ou site www.paimfilhors.gov.br.

Paim Filho/RS, 27 de maio de 2022.

GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____,
sediada (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as
penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do Pregão
Presencial nº. _____ e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de _____.

(nome e identidade do representante legal)

Observação:

Deverá ser entregue junto ao pregoeiro, no ato do Credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de _____, na modalidade de Pregão Presencial nº _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

Nome do dirigente da empresa

Obs.: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Presencial nº _____, do Município de Paim Filho, que a proposta emitida por esta empresa tem a validade de 60 (sessenta) dias.

Local e data.

Assinatura

Observação:

Deverá ser entregue junto com envelope da proposta financeira.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

_____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menos, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

Observação:

Deverá ser entregue junto com envelope da documentação de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2022 Pregão Presencial nº 012/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAIM FILHO/RS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio Grande nº 1090, nesta cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.568/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Genes Jacinto Moterle Ribeiro, adiante denominado **CONTRATANTE** e doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços descrito na Cláusula Primeira Do Objeto.

Por este Instrumento Particular, as partes acima nomeadas e qualificadas, ajustam e contratam entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços à Contratante na área de Engenharia na Segurança do Trabalho, conforme descrição constante na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS: Dos serviços cobertos pelo presente contrato:

A presente licitação tem por objeto à contratação de empresa fornecedora de serviços de engenharia na segurança do trabalho, sendo que deverá desenvolver os seguintes serviços:

2.1. LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE - LTIP

- A) Avaliar as atividades desenvolvidas pelo cargo/trabalhador;
- B) Reconhecer agentes nocivos (natureza, intensidade e concentração);
- C) Evidenciar através de avaliações quantitativas e qualitativas os riscos nocivos presentes no ambiente de trabalho descritos no anexo IV do decreto 3048/1999;
- D) Analisar a compatibilidade da função de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO);
- E) Informar as atividades em condições insalubres e/ou perigosas;
- F) Enquadrar os graus de insalubridades (mínimo, médio e máximo), quando identificados;

2.2. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT

- A) Avaliar as atividades desenvolvidas pelo cargo/trabalhador;
- B) Reconhecer agentes nocivos (natureza, intensidade e concentração);
- C) Evidenciar através de avaliações quantitativas e qualitativas os riscos nocivos presentes no ambiente de trabalho;
- D) Enquadrar a função de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO);
- E) Informar as atividades em condições insalubres e/ou perigosas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- F) Enquadrar os graus de insalubridades (mínimo, médio e máximo), quando identificados; Avaliar e identificar agentes nocivos previstos no IV do decreto 3048/1999; que caracterizam aposentadoria especial.

2.3. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO – PGR

A elaboração e estruturação do PGR será efetivada por um avaliador e/ou responsável técnico capacitado e habilitado, em consonância com a legislação vigente, com o objetivo de orientar a Contratante acerca da preservação da saúde e da integridade de seus trabalhadores, através de um inventário de riscos ocupacionais e plano de ação para desenvolvimento das etapas constantes do programa.

2.4. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário

O PPP é “um documento histórico laboral do trabalhador” que deve conter os dados administrativos da empresa e do trabalhador, registros ambientais, resultados de monitoração biológica e a identificação dos responsáveis pelas informações.

2.5. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO

O PCMSO tem como objetivo a preservação da saúde dos empregados em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças profissionais. Desta forma, o programa proporciona o monitoramento biológico através dos exames (admissional, demissional, periódico, afastamento e retorno para o trabalho), prevendo de exames ocupacionais e complementares de acordo com os riscos reconhecidos no PPRA, e ações mais amplas de promoção de saúde aos trabalhadores.

2.6. GESTÃO e-SOCIAL

2.7. CONSULTORIA TÉCNICA

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- a) Enviar por escrito relação dos funcionários com a qualificação pessoal, constando de: nome, função, identidade, data de nascimento, tipo de exame (admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função, demissional).
- b) Recebido do CONTRATADO o competente PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais estará o CONTRATANTE, através de seu representante legal, responsável pelo cumprimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, bem como, de prover e dispor dos recursos e apoiar a execução do programa para que as propostas de resolução dos problemas possam ser desempenhadas dentro das metas recomendadas, determinando ainda, as medidas necessárias às respectivas responsabilidades do Setor de Pessoal, das Gerências e Supervisões e dos próprios Empregados;
- c) São de responsabilidade e obrigação do CONTRATANTE, além dos pagamentos em conformidade com a sua opção, o pronto fornecimento dos dados administrativos para elaboração do PPRA, de prover e dispor dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



recursos e apoiar a execução do programa para que as propostas de resolução dos problemas possam ser desempenhadas dentro das metas recomendadas, determinando ainda, as medidas necessárias as respectivas responsabilidades do Setor de Pessoal, das Gerências e Supervisões e dos próprios Empregados, devendo organizar e manter arquivo pelo período de 20 (vinte) anos.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO:

a) Na execução das medidas de controle recomendadas pelo PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, deverá o CONTRATANTE, organizar competentes documentos da entrega aos seus empregados, dos correspondentes EPIs – Equipamentos de Proteção Individual recomendados para os exercícios de suas respectivas funções e, devidamente esclarecidos quanto à existência de eventuais agentes nocivos, dos riscos inerentes e de posturas adequadas aos exercícios de suas funções e necessário treinamento quanto à correta forma de uso, higienização, conservação e importância dos EPIs, de igual forma que a entrega, providenciar competente documento do treinamento, de acordo com modelos constantes do próprio programa.

b) É de total responsabilidade e exclusivo ônus do CONTRATANTE, a implementação, por meio da execução daquelas ações e medidas de controle recomendadas pelo PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, visando a minimização e/ou, a eliminação dos problemas eventualmente detectados, restará ao CONTRATADO, assim que confirmadas as providências da execução do CONTRATANTE, realizar novo levantamento do local das condições e efeitos do trabalho, ou requerer a ao CONTRATADO a realização de novo levantamento;

c) Aferida e documentada a execução do programa pelo CONTRATANTE, se obterá os correspondentes resultados que indicarão a eficácia ou não das ações e, de conseqüência, a existência ou não de eventual exposição que venha a determinar possível adicional a título de insalubridade, bem como, providências adicionais que assegurem correspondente aposentadoria especial do trabalhador.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ELABORAÇÕES, ATUALIZAÇÕES E EMISSÕES DOS PPP

Em face às implicações inerentes as disposições quanto às obrigações das elaborações, das respectivas e necessárias atualizações e das emissões do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário de cada trabalhador, as PARTES tem justo e pactuado estabelecer:

a) Fica estabelecido em comum acordo entre as PARTES, que as elaborações, manutenções, atualizações e emissões dos respectivos PPP de cada trabalhador, serão realizadas exclusivamente pelo CONTRATADO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- b) Os procedimentos realizados e entregues ao CONTRATANTE, o CONTRATADO os disponibilizará em meio físico ou digital, realizará suas necessárias atualizações conforme lhe for informado e, de acordo com as situações e as disposições legais, adotará as medidas que se fizerem necessárias e/ou, nos casos dos encerramentos de contratos, comunicado e encaminhado o respectivo trabalhador para o competente exame de saúde demissional, emitirá e entregará ao CONTRATANTE, juntamente com o correspondente PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- c) Estando ainda, claro e de comum acordo entre as PARTES, ficam devidamente consignados o total conhecimento e entendimento quanto às respectivas responsabilidades, declarando-se ciente o CONTRATANTE, de que não poderá emitir unilateralmente o PPP ou qualquer documento que faça uso ou envolva o nome do CONTRATADO e dos profissionais que respondem pelos procedimentos realizados ao mesmo, bem como, de que nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída ao CONTRATADO ou aos profissionais que respondem tecnicamente pelos procedimentos, caso der causa o CONTRATANTE, não adotando as ações ou medidas recomendadas e, especialmente, não atendendo o estabelecido na presente cláusula e não fornecendo as necessárias informações para as atualizações quanto a toda e qualquer ocorrência ou alteração que possa vir a alterar a realidade que se encontrava vigente.

CLÁUSULA QUINTA– PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO E DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO

Em contrapartida aos serviços de ENGENHARIA NA SEGURANÇA DO TRABALHO objeto deste CONTRATO, o CONTRATANTE pagará os valores abaixo descritos, conforme sua opção pelos serviços.

- a) Pela totalidade dos procedimentos necessários, o CONTRATANTE pagará CONTRATADO, R\$ ___ por mês, com vencimento no dia 10 de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal.
- b) Excluem-se do disposto na presente cláusula, eventuais laudos complementares que se fizerem necessários, os quais, previamente informados pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, caberá ao mesmo providenciá-los, bem como, seu correspondente ônus.
- c) Mediante requisição do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá vir a prestar serviços adicionais tais como em caso de mudança do layout da empresa em que ocorram alterações de exposições a agentes nocivos ou outros. Tais serviços adicionais serão cobrados do CONTRATANTE pelos valores vigentes à época, previamente discutidos e ajustados pelas PARTES.
- d) O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua celebração, ou seja, válido xx/xx/xx.
- e) Havendo atraso superior a 30 (trinta) dias do vencimento, ou por culpa do CONTRATANTE não forem prestados os serviços ora contratados, o CONTRATADO procederá à cobrança dos valores previstos neste



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



instrumento, com acréscimo de multa de 2% sobre o valor do contrato e juros de 1% ao mês.

f) Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por qualquer das PARTES, de direito ou faculdade que lhes assistam pelo presente CONTRATO, ou a concordância como o atraso no cumprimento das obrigações da outra PARTE, não afetará aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo a seu exclusivo critério, e nem alterará as condições estipuladas neste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DO FORO:

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- g) Por descumprimento das obrigações previstas no presente contrato, mediante notificação para cumprimento.
- h) Por atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias;
- i) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;
- j) Ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- k) Acordo mútuo entre as partes;

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os casos de contrato com a administração pública, as despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria, bem como, nesses casos CONTRATADO reconhece as possibilidades de rescisão administrativa nos termos da Lei 8.666/93, e 8.883/94.

Fica eleito o Foro de SANANDUVA - RS com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

Tem as PARTES entre si justas e contratadas o presente contrato para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, o qual obriga as PARTES e seus cessionários ou sucessores a qualquer título. Assim, o contrato vai impresso em 2 vias de igual teor, assinado por duas testemunhas.

PAIM FILHO, XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2022.

CONTRATANTE
GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecido na (ENDEREÇO COMPLETO, CIDADE, ESTADO), **DECLARA**, para os fins devidos, que a empresa não possui, em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista. O empresário (NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA) também não é servidor público ou mantém qualquer vínculo empregatício com ente público. E, por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

LOCAL/DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



**ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2022**

1 – OBJETO

O presente tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para administração, visando:

2 - JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa fornecedora de serviços de engenharia na segurança do trabalho é requerida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

A cotação do item abaixo não poderá ter valor superior ao Preço de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Preço de Ref. Mensal R\$	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	01	Contratação de empresa fornecedora de serviços de engenharia na segurança do trabalho	1.822,43		
VALOR TOTAL R\$					

GABRIELA URIO
Pregoeira Oficial

GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



Paim Filho - RS, 27 de maio de 2022.

Prezados Senhores,

Apraz-me cumprimentá-lo e na oportunidade solicitar a especial e costumeira atenção de Vossa Senhoria no sentido de providenciar na publicação do resumo de Edital a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO-RS

Pregão Presencial nº 012/2022

O Prefeito Municipal de Paim Filho/RS, torna público que **no 15 dia junho de 2022**, às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, reunir-se-á a Comissão de Licitações para receber as propostas e a documentação para contratação de empresa fornecedora de serviços de engenharia na segurança do trabalho, através do Pregão Presencial nº 012/2022. Maiores informações pelo telefone (54) 3531-1266 e pelo site <http://paimfilho.rs.gov.br/site/>. Paim Filho - RS, 03 de abril de 2017. Genes Jacinto Moterle Ribeiro, Prefeito Municipal.

As despesas inerentes deverão ser faturadas para o município de Paim Filho, que após faremos o respectivo pagamento.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima, apreço e consideração.

Atenciosamente,

**Genes Jacinto Moterle Ribeiro,
Prefeito Municipal.**

Ao

Jornal Bom Dia